

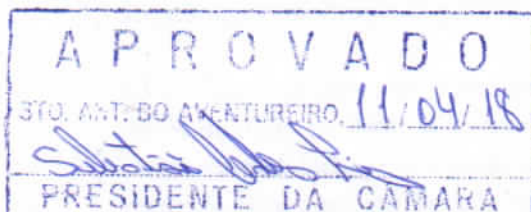
cópia



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO
CNPJ: 17.710.476/0001-19



PROJETO DE LEI Nº 005/2018



Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Santo Antônio do Aventureiro/MG no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna – CIMPAR

A Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Aventureiro/MG, no uso de suas atribuições gerais aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a participação do município de Santo Antônio do Aventureiro/MG no **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA – CIMPAR**, a ser firmado com os municípios listados a seguir: **Aracitaba, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guarani, Guaraná, Itamarati de Minas, Juiz de Fora, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Passa Vinte, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Piraúba, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santana do Deserto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Jacutinga, Santo Antônio do Aventureiro, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Senador Cortes, Silverânia, Simão Pereira e Tabuleiro**, com a finalidade de prestar atividades de planejamento, fiscalização e regulação nas áreas de gestão de Iluminação Pública, Serviços de Inspeção Municipal, Meio ambiente, Resíduos Sólidos, Saneamento Básico, Recursos Hídricos, Educação, Habitação de Interesse Social, Infraestrutura Urbana, Cultura e em todas atividades executadas pelo Cimpar, visando à melhoria da qualidade de vida da população, pelo Contrato de Consórcio Público por seus estatutos e pelos demais atos ou normas que venha a adotar.

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a subscrever Contrato de Consórcio com natureza jurídica de associação pública com natureza autárquica nos moldes da Lei 11.107/05.

Art. 3º. Fica autorizada a cessão de servidores municipais ao consórcio num primeiro momento visando à economia de gastos públicos.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal deverá consignar nas leis orçamentárias dos próximos exercícios, dotações específicas para atender à celebração de contrato de rateio e demais despesas decorrentes da participação do Município no consórcio público de que trata esta lei.

Câmara Municipal de
Santo Antônio do Aventureiro/MG

PROTOCOLO

Data: 14/03/2018

Protocolo nº: 007/18

Alexsandro

Assinatura

cópia



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO
CNPJ: 17.710.476/0001-19



§1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações consignadas no orçamento correspondente.

§2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§3º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos em Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o consórcio público deverá fornecer informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude do contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 5º. O Poder Executivo deverá elaborar contrato de programa disciplinando os serviços e as obrigações entre municípios e com o consórcio público.

Art. 6º. A fiscalização dos atos do Poder executivo no que pertine à sua participação no Consórcio em epígrafe se dará nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Aventureiro, 13 de Março de 2018.


Paulo Roberto Pires

Prefeito

cópia



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO
CNPJ: 17.710.476/0001-19



MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO AOS NOBRES EDIS

Exmos. Srs. Vereadores,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho respeitosamente à presença de Vossas Excelências no intuito de encaminhar à soberana deliberação desta Casa o presente projeto de lei que autoriza a adesão do Município de Santo Antônio do Aventureiro no CIMPAR.

Como é de conhecimento de Vossas Excelências, os consórcios públicos têm se revelado verdadeira solução para o atendimento de necessidades dos municípios de menor porte, sendo certo que a adesão do Município de Santo Antônio do Aventureiro no CIMPAR beneficiará enormemente toda a população, vez que políticas públicas importantes serão executadas com maior agilidade e efetividade.

Assim, por ser de extrema relevância para o Município, conclamo este Egrégio Parlamento à aprovação da presente proposição.

Sendo o que cabia para o momento, despeço-me externando protestos de estima e consideração.


Paulo Roberto Pires

Prefeito do Município de Santo Antônio do Aventureiro